

Portaria extraviada dá prejuízo

Não é só de fora da burocracia que partem alguns petardos contra a disposição oficial de construir um dique para barrar a inflação. Mesmo em círculos próximos à ministra Zélia Cardoso de Mello é possível identificar adversários. Junto com o pacote econômico, Zélia assinou também uma portaria que regulamentava como as empreiteiras e os fornecedores do governo deveriam receber suas dívidas. Contra uma inflação na casa dos 84%, um estudo minucioso preparado por um assessor direto de Zélia recomendava que o governo federal, estados e municípios só corrigissem suas dívidas com os prestadores de serviço, referentes a março, a uma taxa de 41%. No início da semana passada, Zélia foi informada por um auxiliar que essa portaria, até hoje, não chegou a ser publicada no *Diário Oficial*.

Já que muitas estatais, centenas de prefeituras e quase todos os estados fizeram pagamentos com base no índice de 84%, um economista do gabinete de Zélia calcula que houve uma despesa adicional

de US\$ 26 bilhões para o setor público, se comparado com o que seria desembolsado caso tivesse sido utilizado o índice de 41%. Para recomendar essa percentagem menor, o assessor de Zélia disse-cou as planilhas de custos da construção civil e de alguns fornecedores do governo. Em seu trabalho, ele detalhou um extenso rol de itens que sofreram uma queda de preços, com a implantação do plano econômico, como tijolos, areia e outros insumos. Com base nessa redução de custos é que foi arbitrado o valor de 41%.

No Ministério da Economia, o extravio da portaria é tratado em clima de mistério. Logo que tomou conhecimento do fato, a ministra determinou que se encontrasse uma saída. No fim de semana, um auxiliar da ministra garantiu que o ato seria publicado esta semana, com efeito retroativo. Outro assessor, porém, estava inconformado, pois que a solução apenas recupera parte do prejuízo.